



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

ENSINO E PESQUISA: ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL¹

Daniel Vitor Vicente²

Leonardo Matias Fernandes de Sousa³

Silvana Edna Balduino⁴

RESUMO: Este trabalho busca articular as relações entre a educação brasileira e desenvolvimento. A perspectiva sociológica do currículo aborda as problemáticas entre a produção e elaboração de conteúdos voltados para a educação. A abordagem da Sociologia do desenvolvimento busca compreender as relações de interesses de grupos sociais que estão em torno das políticas públicas do governo ou fora dele. Assim, parte-se do pressuposto que o Estado brasileiro, nas suas relações de interesse, articule a produção curricular dos conhecimentos escolares visando o controle social. O referencial teórico deste trabalho, em relação a produção curricular, se concentra na teoria de Bernstein sobre a estruturação do discurso pedagógico. No tocante a Sociologia do desenvolvimento, o trabalho se concentra nas análises de Fernando Henrique Cardoso, conceituada histórico-social.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento; currículo; desigualdade

¹ Artigo final da Disciplina de “Pesquisa e Ensino 01”, ministrada pelas professoras Dra. Angela Maria de Sousa Lima e Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva, no primeiro semestre [março e abril] de 2012, na Pós-graduação “Especialização em Ensino de Sociologia”, do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

² Graduado em Ciências Sociais pela UEL; Especialista em “Ensino de Sociologia”; Mestrando em Ciências Sociais pela UEL, na linha de “Ensino de Sociologia”; colaborador do LENPES. Contato: daniel_hc84@hotmail.com

³ Graduado em Ciências Sociais pela UEL; Especialista em “Ensino de Sociologia”; Mestrando em Ciências Sociais pela UEL. Contato: leonardomatiasfernandes@gmail.com

⁴ Graduada em Ciências Sociais pela UEL; Especialista em “Ensino de Sociologia”; Mestranda em Ciências Sociais pela UEL. Contato: silvana.balduino@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social brasileiro passou por diversas transformações sociais, econômicas e culturais nas últimas décadas. Sob este panorama, um número cada vez maior de crianças e adolescentes são inseridos anualmente nos sistemas de ensino da Educação Básica. Neste universo de análise, optou-se por articular as duas perspectivas sociológicas anunciadas.

De acordo com Lowy (1978), “a realidade social, como toda realidade, é infinita. Toda ciência implica uma escolha, e nas ciências históricas essa escolha não é produto do acaso, mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global” (LOWY, 1978, p. 15).

Assim, a Sociologia do conhecimento se justifica por considerar as relações da difusão do conhecimento escolar, principalmente a partir do século XX, época em que esta se torna pública, em diversos países. As análises sobre desenvolvimento também ganham escopo a partir de profundas transformações sócio-históricas, tanto em nível nacional quanto internacional.⁵

O trabalho irá articular como se fundamenta o estudo do desenvolvimento pelo prisma da Sociologia; e num segundo momento, versará sobre a produção e seleção dos conhecimentos escolares, estruturados a partir dos currículos. A articulação destas perspectivas se dá, em última instância, pelo fato das relações políticas e institucionais se findarem no campo econômico.

A SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

O que pretendemos nesse tópico é justamente codificar para o campo sociológico o que se entende de análise do desenvolvimento e dependência. Cardoso e Faletto (1970) são os autores que melhor fizeram isso. No texto *Dependência e Desenvolvimento*

⁵ Ver a produção sobre desenvolvimento de FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**- 2. Ed.-São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

na América Latina: ensaios de interpretação sociológica, os autores desenvolvem um sentido de interpretação sobre o processo de desenvolvimento e como deveria proceder metodologicamente a análise integrada do desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento partia de uma análise universal e evolucionista do processo, na qual se inicia do rudimentar seguindo etapas necessárias, até chegar ao moderno. Fundamentalmente, os teóricos dos países do Sul, moldaram um modelo rígido de desenvolvimento' que estava alicerçada nos exemplos advindos dos países centrais. Isto é, o desenvolvimento consistia num processo da qual os países industrializados da Europa e dos Estados Unidos, já havia passado e cabia aos países subdesenvolvidos seguirem no mesmo caminho para atingir a etapa moderna de civilização humana.

Assim, formulou-se um modelo ou tipos de formações sociais, estratificadas da seguinte forma: i) a sociedade tradicional, composta pelos países pobres com uma estrutura econômica pouco ou quase sem diversificação, com uma estrutura política rígida e alimentada pelo tradicionalismo; ii) a sociedade moderna, composta por grupo de países altamente industrializados com uma estrutura econômica e política avançada e dinâmica; e por fim, iii) a sociedade híbrida, formada por grupos de países que em algum momento no caminho da história se perderam no processo de desenvolvimento⁶.

De todo modo, o fundamento teórico que orientava os pensadores na América Latina era: “o ‘processo de desenvolvimento’ consistiria em levar a cabo, e inclusive reproduzir, as diversas etapas que caracterizam as transformações sociais daqueles países” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p, 19).

Esse tipo de concepção desenvolvimentista, que viam no espelhamento de processos históricos como condição *sine qua nom* para o avanço social e econômico dos países subdesenvolvidos, consistiu na pedra angular do pensamento crítico da América Latina no início do século XX.⁷

⁶ Assim, “no curso do processo de mudança social parecia que, antes de se constituir a sociedade moderna, forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países em desenvolvimentos” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 17).

⁷ A Cepal, o ISEB e o partido comunista brasileiro (PCB) são as instituições que embarcaram direta ou indiretamente nessa concepção. Apesar de incitarem o subdesenvolvimento como uma situação de

Em relação ao método de análise da Sociologia do desenvolvimento, é mais adequado partir de “um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 21).

Assim,

O fundamental seria caracterizar o modo de relação entre grupos sociais no plano nacional – que, por suposto, depende do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos internacionais que podem produzir conseqüências dinâmicas na sociedade subdesenvolvida. (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 21).

A busca de significação desse desenvolvimento está incrustada no movimento de disputas políticas que envolvem o campo de interesses dos grupos sociais dos países subdesenvolvidos. Assim, “a interpretação sociológica dos processos de transformação econômica requer a análise das tensões entre os grupos e classes sociais revelem as bases de sustentação da estrutura econômica e política”. (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 21).

O trabalho de capturar analiticamente o processo de desenvolvimento e dependência na perspectiva sociológica reside na especificidade peculiar de interligar as tendências econômicas e políticas que compõem o processo.

Neste caso, considera-se as relações entre as políticas educacionais e seus respectivos atores frente à conjuntura socioeconômica.

hibridismo estrutural ou, nos termos cepalinos, de dualismo estrutural, a contribuição dessas instituições não significou um retrocesso no pensamento latino americano. A força criadora delas moldou um impulso significativo para que se pudesse criar condições favoráveis para a periferia capitalista, e além do mais, impulsionou um tipo de modelo político na qual o desenvolvimento consistia na agenda principal, pelo menos na sociedade do Brasil.

A SOCIOLOGIA DO CURRÍCULO

A análise sociológica sobre os currículos da educação possuem notável relevância pelo pressuposto de que a organização educacional brasileira está relacionada a diversos contextos e agentes específicos: a políticas educacionais para educação básica; os discursos pedagógicos oficiais que estruturam e legalizam o universo educacional; a organização curricular da formação superior no Brasil, também estruturada por discursos pedagógicos oficiais específicos, entre outros. Assim, torna-se relevante uma tentativa de análise destes múltiplos fatores e variáveis do contexto educacional.

Compreende-se que o discurso pedagógico está de acordo com os regulamentos e sistemas hegemônicos, ideológicos e dominantes de uma sociedade em seu contexto particular. Estes são organizados e elaborados a partir de outros discursos, de outras produções de conhecimento próprias. São extraídos das diversas áreas da produção do conhecimento, e realocados e dispostos sob uma nova organização, interesses e objetivos. Assim, “o discurso pedagógico consiste nas regras de comunicação especializada através dos quais os sujeitos pedagógicos são seletivamente criados” (BERNSTEIN, 1996, p. 126).

Compreende-se que o discurso pedagógico está de acordo com os regulamentos e sistemas hegemônicos, ideológicos e dominantes de uma sociedade em seu contexto particular. Estes são organizados e elaborados a partir de outros discursos, de outras produções de conhecimento próprias. São extraídos das diversas áreas da produção do conhecimento, e realocados e dispostos sob uma nova organização, interesses e objetivos.

As teorias de Bernstein (1996) nos oferecem uma extensa produção e instrumentalização teórica na compreensão da elaboração de currículos, nos processos de institucionalização da produção e distribuição do conhecimento.

O currículo compreendido como uma construção social e política, um conjunto de conhecimentos nos quais figura a constituição de práticas, códigos e rituais, nos permite compreender de que maneira a organização política dominante é capaz de elaborar documentos e propostas oficiais que possam estruturar e sistematizar princípios de

regulação social. Como exemplo da organização curricular, Ileizi Silva (2007) comenta o desenvolvimento dos currículos de Ciências Sociais no contexto educacional brasileiro:

Parto do pressuposto que as práticas de formação de professores de sociologia nos cursos de ciências sociais e nas salas de aula da Educação Básica são capturadas pelo discurso pedagógico predominante e pelas teorias educacionais em disputa nos diferentes momentos da história da educação (SILVA, 2007, p. 15).

A concepção sociológica de currículo, quando direcionada para o desenvolvimento social, busca compreender os processos escolares e suas relações com o desenvolvimento racional e histórico da sociedade.

Forquin (2000) propõe que;

por currículo se entende, geralmente, tudo o que é suposto de ser ensinado ou aprendido, segundo uma ordem determinada de programação e sob responsabilidade de uma instituição de educação formal, nos limites de um ciclo de estudo (FORQUIN, 2000, p. 48).

Porém, os desafios institucionais se confrontam com as relações individuais dos agentes da educação: a figura do docente. Assim, Zaragoza (1999), em relação à prática docente, comenta que “a atuação individual não é totalmente independente do contexto social em que se realiza e, em muitas ocasiões, o sentimento de desânimo que domina muitos professores tem suas bases muito mais nesses fatores contextuais (ZARAGOZA, 1999, p. 47).

Tais fatores podem ser compreendidos como: a organização curricular dos conteúdos (sua conexão ou desconexão com a real necessidade da socialização de tais conhecimentos), a organização político-pedagógica das escolas (orientados a partir de instâncias maiores – Núcleos Regionais de Ensino). Assim, o sistema educacional se torna conflituoso, por articular modelos de reprodução social com possibilidades de produção intelectual nos processos escolares.

DESENVOLVIMENTO E CURRÍCULO: ALGUNS APONTAMENTOS

O problema de se buscar o desenvolvimento econômico e social numa determinada formação implica compreender que a formação de uma estrutura social desenvolvida perpassa pelas tensões entre grupos sociais que se incrusta nos aparatos administrativos do poder institucionalizado.

Nesse sentido, o avanço ou retrocesso das políticas das várias instituições sociais que dão sustentação a este poder, articula com as disputas de interesses dos grupos sociais que estão dentro ou entorno do governo.

No caso do campo escolar, os processos não são diferentes. A legitimidade do currículo escolar e da sua perpetuação recai nos ombros dos grupos “hegemônicos” dessa instituição, que buscam, a partir das tensões políticas, submeter os currículos escolares de acordo com as exigências deliberativas dos grupos em disputas.

[...] é absurdo manter em um ensino de massa os objetivos de um sistema projetado para um ensino de elite [...] no momento atual, a massificação do sistema de ensino já não permite assegurar a todos os alunos nem o “sucesso” nem sequer um trabalho de acordo com o grau de titulação. (ZARAGOZA, 1999, p. 36).

Em síntese, o discurso dominante das agências de educação do governo aponta, na maioria das vezes, para a provável emancipação individual e social, que se torna possível através dos processos de escolarização, garantidos pela universalização escolar. Ou seja, tal consideração aponta que a disseminação das práticas escolares apresenta, em sua aparência, um caráter democratizante e potencializador (na medida em que intensifica e amplia os graus de aprendizado dos consumidores escolares, dando-lhes igualdade de condições).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou abordar uma síntese entre as perspectivas de educação e desenvolvimento. Ainda que estas duas perspectivas não sejam frequentemente abordadas nas discussões sociológicas, deve-se considerar as análises da produção curricular estão assentadas numa relação social na qual grupos, ou classes, se defrontam com o intuito de desenvolverem um modelo curricular vigente, visando a manutenção ou controle social, seja ele em relação a seleção dos conteúdos escolares frente a demanda social no campo econômico e produtivo, culminando numa relação profissional docente técnica, em que não se faz necessário a problematização das relações de ensino e aprendizagem, mas apenas as relações de reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Basil. **A Estruturação do discurso pedagógico**: classes, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Caderno Cebrap, Nº 33. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. – 2ª Ed. Zahar, 1970.

FORQUIN, Jean-Claude. As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. **Educação & Realidade**, v. 21 (1) Jan/Jun, 187-198, 1996.

LOWY, Michel. **Método dialético e teoria política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Fundamentos e metodologias do ensino de Sociologia na educação básica. IN: SILVA, Ileizi L. Fiorelli; LIMA, Angela Maria de Sousa; NUNES, Nataly; LIMA, Alexandre Jeronimo Correia (Org). **Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa de Sociologia**. SETI-PR, 2009.

ZARAGOZA, José Manuel Esteves. ***Indicadores do mal estar docente***. In: ZARAGOZA, José Manuel Esteves. O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999. (Capítulo 2).

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**- 2. Ed.-São Paulo: Ed. Nacional, 1981.